

14 NOV 1989

O Orçamento

O Orçamento Geral da União para 1990, que o Congresso discute agora, é o retrato do impasse brasileiro. Basta lidar com algumas das suas grandes linhas para se ver onde chegamos e para se ver também quanto reduzido é o espaço que a realidade deixa às eleições presidenciais de amanhã para corresponderem às expectativas que criou. Não há espaço algum senão para o desencanto e a frustração.

Os recursos alocados aos investimentos públicos na estrutura do País são de apenas NCz\$ 9 bilhões. O que significa isto? Só em outubro último o Governo gastou quatro vezes mais com a rolagem da dívida pública interna, isto é, com transferências do setor público para os aplicadores no **overnight**. Operou-se, portanto, no período, gigantesca concentração de renda e o processo não terminou, nem terminará tão cedo.

A maior parte dos recursos do Orçamento, precisamente 64,5%, estará alocada em 1990 à amortização e juros da dívida, um volume fantástico de dinheiro que sairá dos contribuintes para os bolsos dos portadores de títulos públicos em forma de pagamento de juros. Esse volume de transferências é expressivamente maior do que os juros pagos pela dívida externa, algo contra o que já se formou um consenso no País. Todos repudiavam as transferências excessivas aos bancos estrangeiros sem se darem conta de que algo muito pior ocorre internamente no Brasil. Estamos transferindo todas as energias do País a uma minoria

de grandes aplicadores, simplesmente por decisão pessoal do ministro da Fazenda, responsável pela fixação das taxas de juros, para quem esse é o único caminho que resta ao País percorrer.

Não há saída fora do alongamento do perfil da dívida. Ou o Governo impõe unilateralmente a prorrogação dos seus prazos de vencimento, mediante substituição por títulos de longo prazo, e reduz a zero os juros reais do **overnight**, ou o processo de sucateamento das estruturas produtivas do País chegará ano que vem ao clímax, levando-nos a uma situação africana.

O que o Brasil fará com NCz\$ 9 bilhões alocados aos programas de investimento, sabendo-se que só a recuperação de estradas absorverá NCz\$ 2 bilhões? O déficit de investimentos no setor elétrico, isto é, os recursos que foram demandados mas não atendidos pelo setor até aqui, eleva-se a US\$ 25 bilhões, sem se falar em pesquisa, uma necessidade absoluta da própria segurança nacional, cujos recursos foram dizimados nos últimos anos e para os quais praticamente não haverá dinheiro em 1990. Sem pesquisa — de maturação a longo prazo —, chegaremos ao ano 2000 reduzidos a uma posição de quinta classe no cenário internacional.

Estas são algumas das perplexidades que o Orçamento Geral da União nos permite inferir e para as quais não há soluções pacíficas, não-traumáticas. Estamos, de fato, às vésperas de grandes acontecimentos no País.